

Bares e restaurantes no Simples devem optar pelo híbrido em setembro

Até 30 de novembro é possível mudar o regime

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) recomenda aos empresários optantes pelo Simples Nacional, com vendas relevantes para Pessoas Jurídicas, que façam a opção pelo modelo híbrido de recolhimento do IBS e da CBS na janela de setembro. Diante das incertezas que ainda cercam a implementação da reforma tributária, esta é a alternativa que oferece mais segurança e preserva a liberdade de escolha das empresas – sublinha a entidade.

Além de permitir que os negócios iniciem sua adaptação ao novo sistema tributário, essa opção preserva a possibilidade de revisão da decisão. As regras atuais permitem



Kristina Paulshille, Paulo CANVA

que o empresário faça a opção em setembro e, caso conclua posteriormente que ela não é adequada à realidade do seu negócio, possa desistir até 30 de novembro.

A recomendação é especialmente importante para empresas que atendem ou-

tras empresas, já que o novo sistema amplia a relevância dos créditos tributários ao longo das cadeias produtivas. “Em um ambiente de transição, estar preparado para operar dentro dessa lógica pode representar uma vantagem competitiva e comercial importante”, destaca a associação.

O setor de alimentação fora do lar conquistou uma importante vitória durante a tramitação da reforma. A mobilização liderada pela Abrasel garantiu um tratamento tributário diferenciado para bares e restaurantes, com desconto de 40% na alíquota de referência dos novos tributos sobre o consumo, compatível com as características de um segmento intensivo em mão de obra e responsável pela geração de milhões de empregos em todo o país. Mas apesar desse avanço, ainda existem dúvidas sobre a aplicação prática da reforma tributária. Pesquisa da Abrasel mostra que quase dois terços dos empresários do setor não se sentem preparados para enfrentar a transição para o novo modelo tributário.

Série documental brasileira percorre o mundo atrás de novos futuros para a mineração

Gravado em dez países, “Um Futuro Possível” investiga experiências que ampliaram as possibilidades de territórios minerários por meio da ciência, da cultura, do turismo e da inovação. Um laboratório escondido sob quilômetros de rocha para tentar compreender alguns dos maiores mistérios do Universo. Uma antiga mina de carvão convertida em endereço de cultura, design e turismo. Cavernas de onde antes se extraía ardósia transformadas em um parque com tirolesas, pontes e percursos de aventura. Parece improvável que lugares tão diferentes façam parte de uma mesma história. É justamente atrás dessas conexões que Gustavo Roque, especialista em inovação e transição pós-mineração, viaja o mundo em “Um Futuro Possível”, série documental brasileira idealizada por ele e coproduzida com a Dromedário Filmes.

A produção nasce da visão de Roque de contribuir para a discussão sobre o futuro dos territórios minerários e os diferentes caminhos que podem ser construídos a partir de seus legados. Com cinco episódios e filmagens em 16 localidades de dez países, a série parte de uma pergunta que permeia toda a jornada: o que mais um território minerário pode ser? “O mais interessante é entender o que existe por trás dessas experiências. Não é simplesmente olhar para uma antiga mina e dizer que ela virou um parque, um laboratório ou

um espaço cultural. Queremos entender como essa transformação foi pensada, quem participou dela e o que aquele território conseguiu aproveitar do que já tinha”, explica ele.

Identidade não desaparece

Durante décadas, uma mina pode moldar a economia, a infraestrutura e até a identidade de uma cidade. Quando a atividade muda, diminui ou chega ao fim, nada disso desaparece junto com a última tonelada extraída. Ficam estradas, estruturas, conhecimento, paisagens, histórias e pessoas. A questão é o que fazer com tudo isso. A resposta, como a série documental pretende mostrar, pode estar onde menos se espera.

Para olhar o Universo, primeiro é preciso descer. Uma das primeiras experiências já registradas pela equipe está em Sudbury, no Canadá. Ali funciona o SNOLAB, um dos laboratórios subterrâneos de pesquisa mais profundos do mundo, instalado a cerca de dois quilômetros de profundidade, dentro da Creighton Mine, uma mina de níquel em operação. O laboratório reúne pesquisadores de instituições e países em diferentes frentes de pesquisa.

“Você começa falando de uma mina e, quando percebe, está falando de neutrinos, matéria escura e de pesquisas que tentam ajudar a entender a própria origem

e o funcionamento do Universo. Essa convivência entre coisas aparentemente tão distantes é muito impressionante”, diz o idealizador Roque, assinalando que, em Llechwedd, no norte do País de Gales, por exemplo, cavernas e estruturas subterrâneas, que fazem parte da história minerária da região, abrigam hoje experiências de aventura. Há circuitos instalados dentro da antiga mina, com tirolesas, pontes, obstáculos e percursos pelas cavernas.

A série documental segue ainda pelos Estados Unidos, Bélgica, Alemanha, Áustria, Polônia, República Tcheca, França e Inglaterra. A última etapa acontece no Brasil, onde quatro casos, distribuídos por três estados, entram na investigação. “O objetivo não é sugerir que exista uma fórmula capaz de transformar qualquer área minerária em laboratório, museu ou parque. Queremos inspirar e instigar novos caminhos, novas respostas”, conclui.

As filmagens de “Um Futuro Possível” estão em andamento e o lançamento da série documental está previsto para o primeiro trimestre de 2027, quando as experiências reunidas ao longo dessa viagem ganharão uma mesma tela e, sobretudo, colocarão em perspectiva uma pergunta que permeia toda a produção: que outros futuros podem começar a ser imaginados hoje para os territórios minerários?

O papel do governo e da sociedade civil organizada na regulamentação da IA

Luciana Maselli (*)

O avanço crescente da Inteligência Artificial em múltiplos setores da sociedade impõe uma reflexão aprofundada sobre os marcos regulatórios necessários para garantir desenvolvimento e aplicação éticos, seguros e responsáveis. Os algoritmos influenciam hoje desde a moderação de conteúdos digitais até decisões administrativas, acesso a crédito, políticas públicas e oportunidades de trabalho. Nesse contexto, a governança da IA deixa de ser um debate somente técnico e passa a constituir uma questão central de democracia, direitos humanos e cidadania.

Sistemas de IA aprendem a partir de dados históricos. Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, esses dados frequentemente reproduzem padrões discriminatórios. Isso pode resultar em exclusão algorítmica, invisibilização de denúncias, reforço de estereótipos e ampliação de violências digitais, especialmente contra mulheres e crianças. Mais do que conter riscos, a regulação contribui para a confiança pública na tecnologia e no setor público. Por isso, cabe ao Estado assegurar que sistemas de IA estejam alinhados à Constituição, à proteção de direitos fundamentais, às políticas de igualdade e a princípios éticos e responsáveis.

A estratégia nacional propõe regular sistemas de alto risco para proteger direitos humanos e valores democráticos sem inviabilizar a inovação.

Entre as funções centrais do poder público destacam-se:

- Estabelecer critérios de avaliação de risco e impacto algorítmico;
- Exigir transparência e rastreabilidade de sistemas;
- Garantir supervisão humana em decisões automatizadas;
- Estruturar governança robusta de dados;
- Assegurar mecanismos de contestação aces-

síveis aos cidadãos e responsabilização pelas decisões automatizadas.

No entanto, a regulamentação da IA não pode ser construída apenas por governos e empresas. Organizações da sociedade civil desempenham função estratégica na produção de evidências, no monitoramento de impactos e na incidência legislativa. Essa participação é condição para evitar que normas sejam excessivamente técnicas ou capturadas por interesses econômicos.

Entre suas contribuições centrais estão:

- Produção de estudos independentes sobre impactos sociais da IA;
- Advocacy por direitos digitais e igualdade de gênero;
- Educação e letramento algorítmico e digital;
- Monitoramento das implementações;
- Denúncia de discriminações automatizadas.

A relevância da regulação não se limita à mitigação de riscos. Ela também cria condições estruturais para inovação responsável e sustentável. Normas claras reduzem incertezas jurídicas, aumentam a confiança institucional e estimulam investimentos tecnológicos alinhados ao interesse público. A direção do desenvolvimento da IA não é determinada apenas pela tecnologia, mas pelas escolhas institucionais e políticas que orientam seu uso. Regular a IA, portanto, não significa restringir o progresso tecnológico, mas moldá-lo de forma democrática, inclusiva e orientada por direitos. A governança da inteligência artificial é, em última instância, um projeto coletivo de sociedade. Seu sucesso dependerá da capacidade de articulação entre Estado, sociedade civil, academia e setor produtivo para garantir que a tecnologia sirva ao interesse público e não o contrário.

(*) Luciana Maselli é fundadora do ImpactAI, organização especializada em inteligências artificial aplicadas.



Grana da Teka

A Teka (indústria têxtil) declara-se satisfeita com a conquista decisiva para trabalhadores que atuaram em suas operações nos estados de Santa Catarina e de São Paulo. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) autorizou a liberação de aproximadamente R\$ 18 milhões para dar início efetivo aos pagamentos previstos no acordo trabalhista coletivo homologado pela Justiça do Trabalho em novembro de 2025, modelo pioneiro construído pela atual gestão da companhia em cooperação com os Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª e da 15ª Região (TRT-15/Campinas). A decisão, de 12 de agosto, encerra meses de bloqueios processuais e permite que os recursos, já depositados nos autos da Recuperação Judicial, sejam imediatamente transferidos para a Justiça do Trabalho.

Secovi, 80

A 23ª Convenção Secovi-SP, que celebra os 80 anos da entidade, será realizada no Milenium Centro de Convenções. O evento é reconhecido como um dos mais tradicionais e inovadores do setor imobiliário nacional e deve reunir empresários, executivos, especialistas, investidores, representantes do poder público e profissionais de diferentes elos da cadeia imobiliária. Nesta edição os temas em discussão incluem economia, segurança jurídica, reforma tributária, inteligência artificial, urbanismo, sustentabilidade, crédito, *fund-ing* e habitação. Jorge Cury Neto, presidente, fará a abertura neste dia 26. O evento vai até dia 28, sexta.

Multa TikTok

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) aplicou multas que somam R\$ 153,7 milhões à *ByteDance Brasil Tecnologia*, responsável pela plataforma TikTok no país, por infrações ligadas a perfis de crianças e adolescentes. A sanção está publicada no Diário Oficial da União de terça-feira, 25. Além da multa, a autoridade determinou a eliminação dos dados pessoais de adolescentes entre 13 e 18 anos cadastrados na plataforma cuja indicação de representante legal não ocorra em até 60 dias úteis. De acordo com a ANPD, a empresa poderá obter redução de 25% no valor da multa caso renuncie ao direito de recorrer da decisão em primeira instância e pague o valor dentro do prazo previsto. Nessa hipótese, o montante a ser recolhido cairia para R\$ 115,3 milhões (ABr).

Combate aéreo

Durante o Jubilee Air Show, show aéreo das Forças Armadas da Suécia, realizado no fim de semana passado, a Saab apresentou um modelo conceitual em escala real de um futuro sistema de combate aéreo não tripulado. Denominado A3-001, o conceito ilustra a possível evolução das capacidades aéreas de combate, nas quais plataformas tripuladas e não tripuladas operam de forma integrada como parte de um mesmo sistema. Peter Nilsson, chefe da unidade de negócios *Advanced Programs* da Saab, que trabalha em cooperação com o governo da Suécia, diz que a empresa se encontra bem posicionada para desenvolver a próxima geração de sistemas aéreos de combate, com base no Gripen e no GlobalEye.



Mulheres/Proteção

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) inaugura, no próximo dia 31, a Sala Lilás, um espaço da Ouvidoria da Mulher destinado ao atendimento e acolhimento de mulheres que tenham vivenciado situações de violência de gênero no âmbito universitário. O espaço poderá ser utilizado pelas mulheres da comunidade universitária, incluindo servidoras, estudantes, trabalhadoras terceirizadas e usuárias dos serviços da instituição. O objetivo é oferecer um ambiente seguro, reservado, acolhedor e de escuta qualificada. Na ocasião haverá também o lançamento do Observatório de Violência de Gênero nas Universidades. É dia 31 de agosto, às 18h, no Teatro da Reitoria à rua XV de Novembro, 1299 – Centro, Curitiba

Cafeicultura/Curso

Estão abertas as inscrições para o 1º Curso Presencial Fundamentos da Cafeicultura Canéfora (conilon e robusta) – do Campo à Xícara – Teoria e Prática, que será realizado de 20 a 22 de outubro, em Brasília e Planaltina (DF). A ação tem vagas limitadas e marca o início da Jornada Nacional de Formação em Café Canéfora, iniciativa vinculada ao Programa Nacional de Inovação e Integração da Cafeicultura Brasileira da Embrapa Café. O curso, gratuito, é realizado pela Embrapa Café em parceria com o Consórcio Pesquisa Café e a Embrapa Cerrados. Outras informações e inscrições: <https://forms.gle/YuYEE8nzj4XiJhq7>. As vagas são limitadas.

3 T de Alimentos

O Fundo Social de Solidariedade (FSS) de Santos (SP) recebeu a doação de três toneladas de alimentos não perecíveis, que contribuirão para o atendimento a mais de 100 entidades assistenciais cadastradas. Os produtos foram arrecadados durante o show da turnê Dominginhos, realizado no último dia 15, no Santos Convention Center. A iniciativa foi das empresas Terminal Eventos e HJR, por meio da modalidade de ingresso solidário. A expectativa é ampliar a parceria para outras produções realizadas pelas empresas, transformando eventos em oportunidades de mobilização social e contribuindo para o trabalho desenvolvido pelo Fundo Social.

Engajamento Social

Outra contribuição foi realizada neste mês pela Brasil Terminal Portuário (BTP), parceira do FSS. No último dia 14, a empresa doou 100 cestas básicas arrecadadas durante sua campanha solidária de inverno. “Cada resultado mostra que estamos no caminho certo ao promover o engajamento social desde o início das nossas operações no Porto de Santos”, destacou Paula Bertelli, gerente de Comunicação, Marketing e Responsabilidade Social da BTP. Outras doações podem ser entregues diretamente na Avenida Conselheiro Nébias, 388, Santos.